



O PARADIGMA DA CIDADE-RIO NOS IMPÉRIOS PORTUGUÊS E ESPANHOL

Belém e Valdivia no século XVII

*THE CITY-RIVER PARADIGM IN THE PORTUGUESE AND SPANISH
EMPIRES*

Belém and Valdivia in the 17th century

A. Filipe Brandão do Carmo

*Fundação para a Ciência e Tecnologia,
Faculdade de Arquitectura de Lisboa; Universidade de Lisboa, Portugal
filipe.brandao.carmo@gmail.com*

RESUMO

No início do século XVII, Portugal e Espanha compartilharam território e inimigos, com Portugal a ver países anteriormente pacíficos como a Holanda e a Inglaterra como ameaças às suas colônias e comércio e Espanha a sofrer ataques de ingleses e holandeses nas suas colónias ultramarinas. Cidades coloniais pouco consolidadas foram estabelecidas para consolidar pontos de apoio em territórios pouco explorados e para a defesa destes territórios. A fundação e manutenção dessas cidades foram objecto da intervenção de militares e engenheiros militares, procurando este artigo perceber a forma urbana resultante desta actuação, recorrendo à morfologia urbana como disciplina de análise. Embora não correspondam exatamente, ao analisar-se os traçados de ambas as cidades, percebemos que são caracterizados por princípios semelhantes, como a ortogonalidade e a proximidade das principais praças junto ao rio, bem como o papel dos obstáculos naturais como limite e defesa. Embora a distância física entre as duas cidades seja considerável, as intenções e traçados portugueses e espanhóis convergiram numa tipologia por nós aqui identificada.

Palavras-chave: Cidades iberoamericanas; História Colonial; Belém; Valdivia.

Bloque temático: 1. Cidade e Projecto; **Temas:** Morfologia urbana

ABSTRACT

In the early 17th century, Portugal and Spain shared territory and enemies, with Portugal experiencing previously peaceful countries such as Holland and England as threats to its colonies and trade and Spain experiencing attacks from the English and Dutch in its overseas colonies. Loosely consolidated colonial cities were established to consolidate footholds in under-exploited territories and for the defense of these territories. The foundation and maintenance of these cities were subject to the intervention of military and military engineers, aiming this article to understand the urban form resulting from this action, using urban morphology as a discipline of analysis. Although they do not correspond exactly, by analyzing the layouts of both cities, we realize that they are characterized by similar principles, such as orthogonality and the proximity of the main squares near the river, as well as the role of natural obstacles as boundaries and defense. Although the physical distance between the two cities is considerable, the Portuguese and Spanish intentions and layouts converged in a typology identified by us here.

Keywords: Iberoamerican Cities; Colonial History; Belém; Valdivia.

Thematic clusters: City and Project **Topic:** Urban Morphology

Introdução

O século XVII foi um período de dificuldades em vários aspectos, tanto para Espanha como para Portugal. No caso espanhol, Filipe III (1578-1621), após suceder a Filipe II de Espanha, reinou sobre uma península ibérica unida pela sucessão dinástica, perdendo o interesse pela governação deixo esta responsabilidade aos seus ministros e ao seu valido: Francisco Gómez de Sandoval y Rojas (1533-1625), Marquês de Denia e, mais tarde, Duque de Lerma. O seu filho, Filipe IV (1605-1665), relegou-se ao mesmo papel de soberano de representação confiando a governação ao Conde-duque de Olivares, Gaspar de Guzmán (1587-1645). Este último pelo seu papel numa reforma administrativa do governo espanhol, foi repudiado não só em Castela como em Portugal, ao nomear Margarida de Savoia (1589-1656), e outros não portugueses como vice-reis de Portugal. Em 1640, por pressão de partidos conspiratórios da corte portuguesa, os Bragança são incitados a proclamar a independência, mantendo-se à proa de um país que tentará manter a sua soberania contra pretensões espanholas e guerras civis, até à estabilidade conquistada pela regência de Pedro II (1648-1706) em 1667 e pela assinatura do Tratado de Lisboa em 1668.

É difícil fazer o balanço geral entre os proveitos e danos causados pela união das coroas portuguesas e espanholas. Por um lado, o comércio atlântico de Castela, concebido numa base monopolista, abriu-se aos portugueses, permitindo complementar o comércio triangular entre África, Brasil e a Europa; por outro, as guerras herdadas de Espanha, nomeadamente com Inglaterra (motivadas pelo fervor religioso e questões sucessórias), com a Republica das Províncias Unidas (começada com a União de Utrecht, de 1579, com tréguas assinadas em 1609 e recomeçada em 1621, depois da Paz dos Doze Anos), e até mesmo com França (com início oficial em 1635, mas com ataques e conspirações anteriores) fizeram adivinhar um problema de defesa complicado para a armada conjunta dos dois países.

Foram várias as incursões que causaram o caos nas possessões portuguesas: em 1595, os ingleses liderados por James Lancaster saquearam o Recife; em 1624 invadiram Salvador da Bahia, sendo rechaçados no ano seguinte; em 1630 invadiram Olinda e Recife, sendo rechaçados pela Insurreição Pernambucana em 1654; a fundação do forte francês em São Luís do Maranhão em 1612, sendo expulsos da região em 1615; mesmo em 1640, já depois da Restauração, uma expedição da Companhia Ocidental, toma São Luís do Maranhão, sendo expulsos em 1644. Face a estas perdas e à dificuldade de recuperar os seus territórios as perdas para a coroa portuguesa foram significativas.

É neste contexto de conflitos e interactividade entre as potências europeias, que o interesse no Brasil é acicatado. Apesar de, no século XVI, ter sido preterido face ao comércio e exploração na Índia e no mundo oriental, no século XVII, a atenção começou a ser desviada para o Brasil, um vasto território pouco explorado e com pequenas cidades que funcionavam como polos agregadores de vários centros de exploração de recursos naturais. (Alomar, 1987. p. 355)

São Luís do Maranhão tomado dos franceses recebe a atenção fundadora da coroa portuguesa, sendo enviado o engenheiro Francisco Frias de Mesquita para o desenho da cidade, numa lógica semelhante à intervenção directa da coroa na fundação de Salvador da Bahia. Também no Norte do Brasil foi fundada Belém do Pará, a partir de uma expedição que partiu de São Luís, tornando-se aquela cidade o entreposto para novas fundações junto ao rio do Amazonas. As duas cidades foram importantes centros de exportação do açúcar, ganhando importância estratégica na expansão do território português e no aumento da riqueza gerada na colónia brasileira.

Ao contrário de Portugal, Espanha tinha já estabelecido uma forte rede urbana no continente americano, estabelecendo as suas cidades tanto sobrepostas às cidades já existentes antes da sua chegada ou fundando novas, como no caso das cidades costeiras, necessariamente junto ao mar para comercio por vias marítimas. Na década de 1570 com grande parte das principais cidades fundadas (com excepção de Buenos Aires, fundada em 1580) um governo com chefias em Espanha tinha sido instituído na maior parte das colónias espanholas americanas (Williamson, 2009. p. 91-93), formando-se duas cabeceiras nas capitais do México, para o vice-reino de Nova Espanha e Lima para o vice-reino do Peru, constituídos por vastas zonas de grande

instabilidade e de difícil controlo pelos espanhóis. A ocupação espanhola do continente americano era bastante desigual, constituindo-se à volta destes que contavam com reduzidas populações. Ainda assim estes pequenos núcleos eram a garantia da administração e cultura espanholas. À sua volta o mundo era de grande hostilidade e desconhecimento, havendo algumas bolsas onde se exploravam recursos. Grande parte do território americano continuava habitado por populações hostis, tornando o desenvolvimento das cidades muito frágil e sujeito a repovoamentos ou mesmo refundações. É neste contexto que surge a segunda fundação de Valdivia, sobre os escombros da antiga cidade fundada por Pedro de Valdivia, em 1522 e perdida pela invasão e massacre pelos índios do Arauco.

Confrontados com contextos semelhantes e em parte partilhados, tentámos perceber, a partir de uma análise morfológica urbana, a forma resultante das duas cidades durante o século XVII. Procuramos assim perceber se realmente a matriz de assentamento português e espanhol foram tão diferentes, como uma análise baseada nos modelos clássicos em *damero* (espanhol) ou “orgânico” (português) poderiam supor.

1. Belém do Pará

Belém do Pará teve a sua fundação associada à própria conquista da região do Pará. Ao chegar à região, em 1616 o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, é confrontado não só com a presença holandesa, como com as incursões dos índios tupinambás. Subjugadas as ameaças funda a cidade. A cidade é fundada junto à baía de Guajará, do rio Guamá. A Sul apresentava-se um limite natural: o alagado Piry de Jussara. Estabelecida numa zona plana, as possibilidades de expansão da cidade viam-se limitadas apenas por obstáculos naturais, como a referida zona pantanosa e o mato denso, mas não por acidentes orográficos maiores. A função primordial da cidade foi a constituição de uma defesa da região a povoar (Teixeira, Valla, 1999. p. 136) e da entrada do rio Amazonas que, nas suas margens, viria a ter fundações de povoações menores. Observamos, portanto, como o desenho do traçado da cidade teve como ponto de origem o Forte do Presépio, primeira construção desta cidade-fortaleza e a praça associada. Esta praça, actual Praça Frei Caetano Brandão, foi não só o centro do poder civil, mas também do religioso, entrando em conflito os diferentes agentes, associados a cada um dos poderes, pelo espaço de representação.

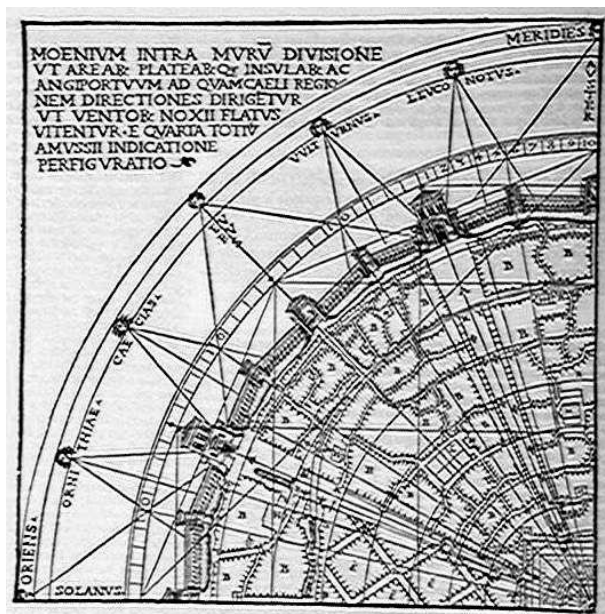


Fig. 01 - Vitruvio. De Architectura. Ilustração da cidade ideal por Cesare Cesariano. Fonte: <http://architectura.cesr.univ-tours.fr/Traite/Images/BPNME276Index.asp>

O traçado a Sul do forte do presépio, institui um traçado assente numa concepção de lógica radial, com uma geometria limitada pelo rio a Oeste e pelos terrenos pantanosos a Este e a Sul. A área de implantação deste primeiro traçado era na realidade um planalto de 7 metros (Bueno, 2011. P.238), circundado por zonas baixas.

Segundo Renata Araújo (Araújo, 1998. p. 83), os ângulos formados por estas ruas, circunscrevem-nas num polígono de 24 lados, estabelecendo a autora um paralelo com a cidade ideal descrita no tratado de Vitruvius, cujas ruas estariam alinhadas com as diferentes direcções da rosa dos ventos. Esta interpretação leva à conclusão de um modelo erudito na elaboração do traçado meridional da cidade de Belém. Também a presença do engenheiro Francisco Frias Mesquita em São Luís e a sua assinatura do auto da expedição do capitão Castelo Branco, indiciam a hipótese de este levar orientações para o assentamento da cidade. (Bueno, 2011. p. 278) A igreja matriz, construída em 1619, vem confrontar o Forte do Presépio, formalizando um dos lados da praça principal. Em 1622, a capela de São João, mandada construir pelo capitão-mor do Pará, Bento Maciel Parente, estabelece o limite da cidade junto ao Alagado do Piry. Em 1626, por doação de terrenos do mesmo capitão-mor, os carmelitas fundam a Igreja do Carmo junto à margem do rio, estabelecendo o limite sul da cidade. A rua formada pela união destas duas igrejas, orientava-se na direcção Este-Oeste, intersectando ortogonalmente a Rua do Espírito Santo, constituindo as duas os elementos geradores desta zona morfológica homogénea.

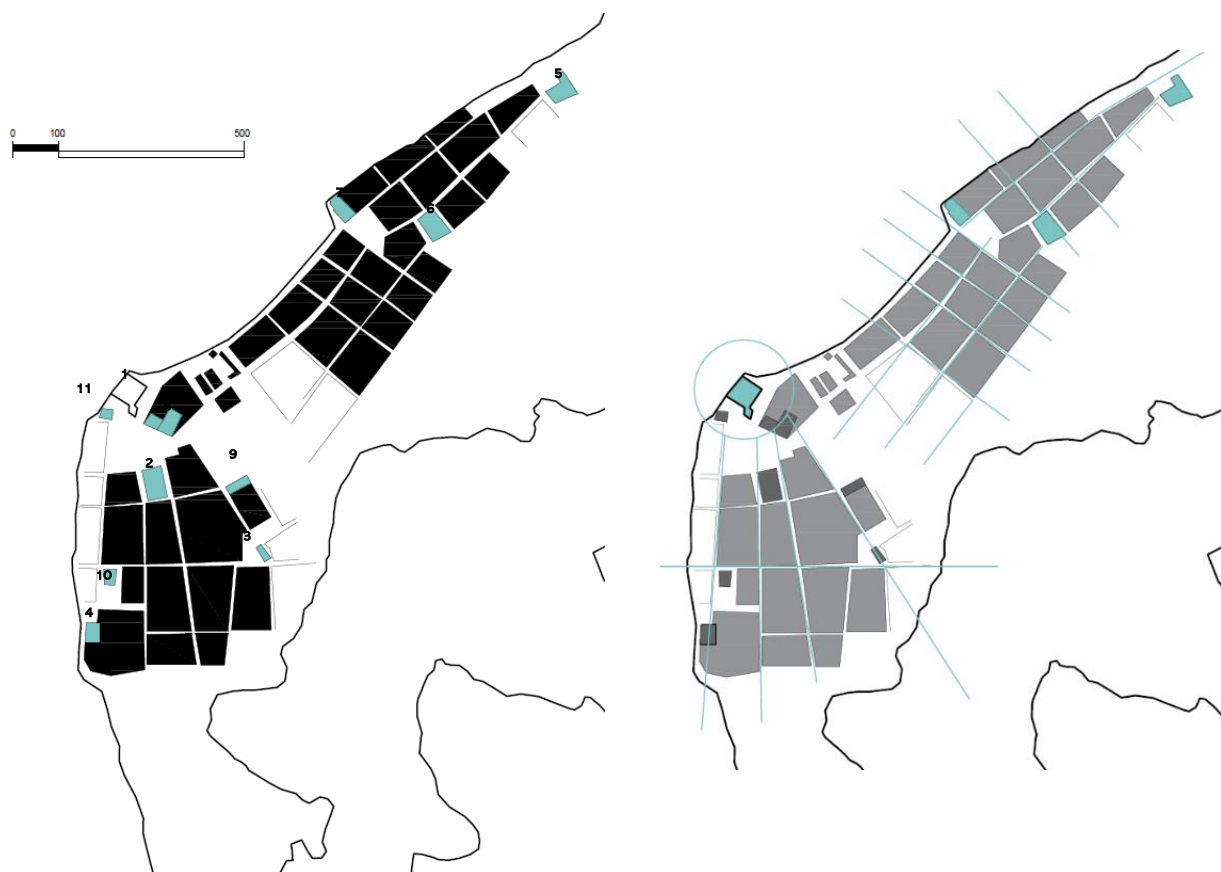


Fig. 02 - Belém do Pará. Edifícios singulares: 1 – Forte do Presépio; 2 – Igreja Matriz; 3 – Igreja de São João; 4 – Igreja e Convento do Carmo; 5 – Convento dos Frades Capuchos; 6 – Igreja de Santa Luzia; 7 – Convento das Mercês; 8 – Igreja de Santo Alexandre. Fonte: Desenho do Autor.

Fig. 03 - Belém do Pará. Malhas conceptuais e elementos geradores. Fonte: Desenho do Autor.

Também no ano de 1626, a ordem dos Franciscanos instalou-se na cidade, construindo o Convento dos Frades Capuchos na zona Norte, no limite da zona denominada Campina. Em conjunto com o Convento Carmelita a Sul, constituíram, até ao século XVIII, os limites da cidade. Estabelecido o desenho do traçado para a zona Sul da cidade, logo em 1627, a Câmara recebe a doação de uma légua de terra, medida a partir do seu centro, o

forte, para Nordeste. À nova zona, Campinas, separada do núcleo original, foi imposto um novo traçado ainda tendencialmente ortogonal. Esta separação foi imposta pela massa de água ainda presente na zona da actual Praça D. Pedro II. Ainda na zona de Campinas, sensivelmente a meio da extensão, instalou-se o Convento das Mercês em 1640. Em 1650, é construída a igreja de Santa Luzia pertencente à Santa Casa da Misericórdia, numa rua paralela.

A malha urbana gerada desde o núcleo urbano inicial até ao Convento das Mercês é ortogonal e regular formando quarteirões de dimensões 90 por 70 metros (aproximadamente) e, portanto, uma proporção quase quadrada. Esta malha é instituída sem considerar o alinhamento dos edifícios notáveis, concluindo-se que foi imposta numa lógica racional e abstracta. Igualmente de notar é o confronto entre um ligeiro declive de 3% nesta zona que não influenciou o assentamento do traçado.

Pelo contrário, a zona mais a norte do Convento das Mercês foi instituída a partir das ruas que ligam o Convento das Mercês e a Igreja de Santa Luzia ao Convento dos Frades Capuchos, a Rua do Açougue e a Rua de Santo António, respectivamente, constituindo-se as duas como elementos geradores desta malha. Também a margem do rio e o declive orográfico estabeleceram linhas de força para a orientação do traçado, que sofre uma ligeira rotação em relação à zona entre o Convento das Mercês e a actual Praça D. Pedro II.

As praças, sempre associadas aos edifícios singulares, apresentam um desenho irregular, estabelecendo-se no limite das malhas e, portanto, definidas ou pelo limite do rio ou pelos edifícios singulares que com datas de construção diferentes, foram estabelecendo casuisticamente um limite.

Admitindo que não houve uma alteração radical até à situação apresentada na planta de 1758, é possível inferir que os edifícios foram construídos junto à rua, estabelecendo zonas de cultivo nas suas traseiras. Os quarteirões formados são de quatro frentes activas, sendo aplicados os conceitos urbanos modernos já evidenciados em Lisboa, no Bairro Alto, e em Angra do Heroísmo.

Apesar de lhes terem sido cedidos terrenos junto ao convento das Mercês, os Jesuítas instalaram-se junto ao Forte no centro simbólico e político da cidade, em 1653, uma acção que ameaçou os oficiais camarários. A igreja de Santo Alexandre, pertencente a esta ordem formou mais uma frente da praça central junto ao forte.

2. Valdivia

Como vimos anteriormente, o final do século XVI foi um período de vários conflitos nas colónias espanholas no continente americano. Especificamente no Chile, as incursões de Drake e Dawkins e a ocupação de Chiloé pelos holandeses, transformou a zona mais a sul da América Espanhola num palco de guerra. (Guarda, 1968. p. 8) Os constantes ataques dos índios nativos contribuíram para o quadro de instabilidade, tornando difícil o controlo deste território pela coroa espanhola.

A região entre o rio Bio Bio e o canal de Chacao foi explorada por Pedro de Valdivia em diversas expedições. Responsável por várias fundações de cidades na região, foi o mesmo que fundou Valdivia, em 1552. (Guarda, 2001. p. 27) Dos poucos registos de Valdivia nesta altura, nenhum é suficientemente preciso para nos dar informação sobre o traçado aplicado. No entanto, a localização da cidade é a mesma desde essa altura: um pequeno território com a margem do rio Calle-calle a Oeste e a Norte e uma zona pantanosa e alagadiça a Este e Sul.

Em 1598, depois de uma relativa paz desde o terramoto que devastou a região em 1575, deflagra um dos períodos mais sangrentos da guerra do Arauco, conhecido por “a ruína das sete cidades”, onde Santa Cruz de Onez, Valdivia, Osorno, La Imperial, Canete, Angol e Villarica são arrasadas pelos indígenas. (Guarda, 1968. p. 8) Este conflito irá prolongar-se, com mais ou menos actividade, até à segunda metade do século XIX. A tragédia da destruição provocada por estes conflitos é ainda mais considerável reconhecendo que até final do século XVI apenas se fundaram 16 povoações nos limites do vice-reino do Chile. (Guarda, 1968. p. 22)

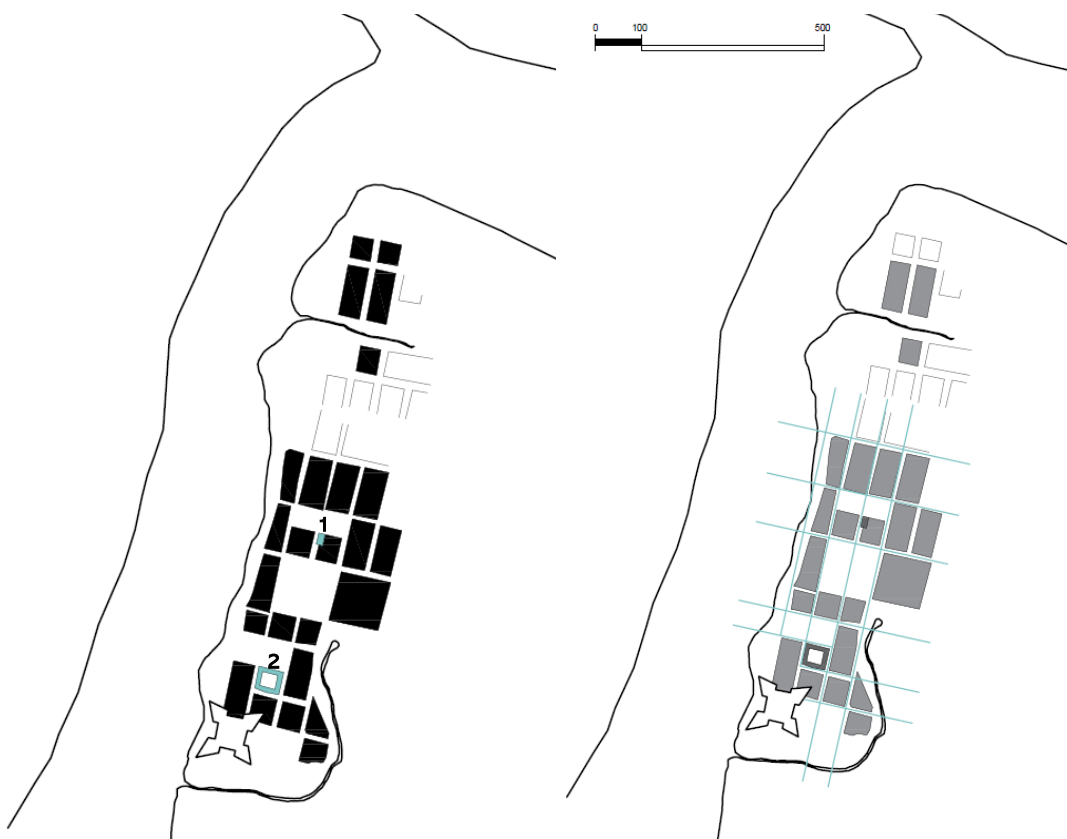


Fig. 0 4 - Valdivia. Edifícios singulares: 1 – Convento de São Francisco; 2 – Igreja Matriz. Fonte: Desenho do Autor.

Fig. 0 5 - Valdivia. Malha conceptual e eixos estruturantes. Fonte: Desenho do Autor.

Foram feitas várias tentativas de repovoação pelos governadores (que não habitaram na cidade), chegando mesmo a estabelecer se o forte da Santíssima Trindade, em março de 1602, pelo governador Alonso de Ribera, com direcção do capitão Francisco Hernandez Ortiz (abandonado em Fevereiro de 1604) (Montt Pinto, 1971. p. 23). Com a instalação dos holandeses por uns meses em 1643, (expulsos pelos indígenas no mesmo ano) o vice-rei do Peru percebe a urgência da repovoação de Valdivia e, em 1644, dozes galeões comandados pelo seu filho, António Sebastian de Toledo, partem do Callao, chegando a Valdivia, em Fevereiro de 1645. O engenheiro que acompanhava a esquadra e responsável pela refundação foi Constantino de Vasconcelos. (Guarda, 2001. p. 151) Com o estabelecimento de fortes nas ilhas de Constantino, Niebla e Corral, estabeleceram também alianças com os indígenas e com os bandos armados presentes, conseguindo a estabilidade e alcançando uma paz para a cidade. Contudo, em 1655, um avanço dos indígenas arrasa a cidade mais uma vez. (Montt Pinto, 1971. p. 36) Em 1682, um incêndio começado no Hospital de San Juan de Dios, voltou a destruir os edifícios da povoação. Apesar da intenção do novo governador, Francisco Hernández de Cifuentes, de relocar a cidade para Niebla, Valdivia foi reconstruída no mesmo sítio.

Valdivia e as fortificações que pontuaram o rio adjacente, constituíram um obstáculo para qualquer embarcação que circundando o continente pelo Sul, desejasse atacar o vice-reino do Peru. Fora da cidade, no caminho para a foz do rio, erguiam se várias estruturas fortificadas, tal como o castelo de Niebla e o forte de Mancera. A própria cidade beneficiou de várias estruturas defensivas ao longo do tempo. Em 1647, foi construída uma paliçada provisória substituída ainda durante o século XVII por uma construção em pedra. Estas muralhas tinham adjacentes um pequeno fosso por onde passava parte da água da zona alagadiça. (Guarda, 2001. p. 165) Mesmo que estes obstáculos naturais tivessem sido ultrapassados, como foram mais tarde no século XVIII, a expansão da cidade sofreu bastante pela constante destruição causada quer por conflitos armados ou

por desastres naturais. Em 1712, Valdivia tinha apenas 1000 habitantes e, portanto, a cidade não necessitou de se expandir para além do núcleo inicial reconstruído sucessivamente junto ao forte.

O primeiro registo cartográfico de Valdivia depois da reconstrução em 1644 com suficiente precisão para ser analisado é do final do século XVIII, datado de 1798 na preparação para a construção da muralha no limite Sul da cidade. No entanto, um registo feito pelos holandeses em 1643, permite perceber o que foram as pré-existências, que apesar de não terem sido totalmente recuperadas, permitem perceber algo do que foi a cidade durante o século XVIII. Inclusive alguns dos quarteirões são mantidos entre os dois períodos retratados e a Praça de São Francisco onde as primeiras casas são reconstruídas foi a mesma praça onde os holandeses construíram o seu quartel.

Com uma malha regular e ortogonal, o traçado da cidade faz-se sem referência a nenhum edifício, sendo a sua forma e limite definidos pelos quarteirões e não o contrário. O dispositivo morfológico tem proporções de duplo quadrado com medidas de 100 metros por 50 metros, sendo em alguns casos subdividido. O forte construído pelos holandeses impõe-se ao traçado original, sendo que grande parte da cidade estava em ruínas.

É difícil perceber se as ausências de quarteirões se devem à destruição causada ou a praças intencionais. Ainda assim é seguro admitir que tanto o Convento de São Francisco, como a Igreja Matriz beneficiavam de praças adjacentes. Estas estão perfeitamente inseridas na malha regular e são definidas pela subtracção de parte do dispositivo morfológico. Com base tanto na planta de 1643, como na de 1798, percebemos que os edifícios tinham a sua implantação junto à rua e, com base na planta de 1798, percebemos que os edifícios correntes não apresentavam a tipologia de pátio, mas sim de quintal no interior do quarteirão. Também nesta planta os quarteirões são representados tendo quatro frente activas.

3. Conclusões

Os assentamentos de Belém do Pará e de Valdivia no Chile, apresentam algumas semelhanças. O traçado em ambos os casos regular e ortogonal. No caso de Belém a procura de imposição de um traçado aproximado de uma cidade radial, resulta numa parte da cidade com um traçado muito característico e não demonstrado em Valdivia. Contrariamente ao que seria de supor pelo modelo de *damero* da tradição urbana espanhola, em Valdivia, o dispositivo morfológico não é quadrado, apresentando uma proporção de duplo quadrado. O dispositivo morfológico em Belém do Pará aproxima-se mais da proporção quadrada no caso da extensão de Campinas, sendo a malha aplicada na zona a Sul, de proporção variável, que não seria estranha à concepção urbana portuguesa, como evidenciado nos casos do Bairro Alto em Lisboa, em Angra, nos Açores, ou até mesmo em São Luís do Maranhão, predecessora de Belém, em termos de fundação. Neste caso comparativo, também a relação entre dimensões do dispositivo morfológico é diferente da esperada, apresentando no caso português dimensões maiores. Podemos perceber que apesar, de ambos os traçados partirem de uma origem comum racional e abstracta de aplicação de uma malha ao território, no caso português o traçado é modelado segundo os limites naturais do terreno, havendo ainda espaço para a aplicação directa de um modelo erudito. O caso espanhol com menos modelação do traçado, desvia-se dos obstáculos naturais pela subtracção dos dispositivos morfológicos, nunca comprometendo a regularidade e a malha.

Tanto o caso espanhol, como o caso português apresentam quatro frentes activas, numa lógica de quarteirão moderno. A forma das praças é diferente, sendo as praças de Valdivia formadas, dentro da tradição urbana espanhola, a partir da subtracção da totalidade ou metade do dispositivo morfológico. No caso de Belém, as praças impostas nos limites das zonas morfológicas homogéneas, resultam de várias direcções e várias frentes construídas, resultando numa forma menos regular. Ainda assim, no caso da praça junto à Igreja das Mercês, pela confluência de dois tecidos morfológicamente semelhantes, conforma-se uma praça quase rectangular.

Ao nível do edificado, em ambos os casos, os edifícios são implantados junto à rua, formando um interior de quarteirão, associado à produção agrícola, o que também contraria a maioria dos casos com aplicação da tipologia da casa-pátio. A empena, em ambos os casos, situou-se em cerca de dez metros.

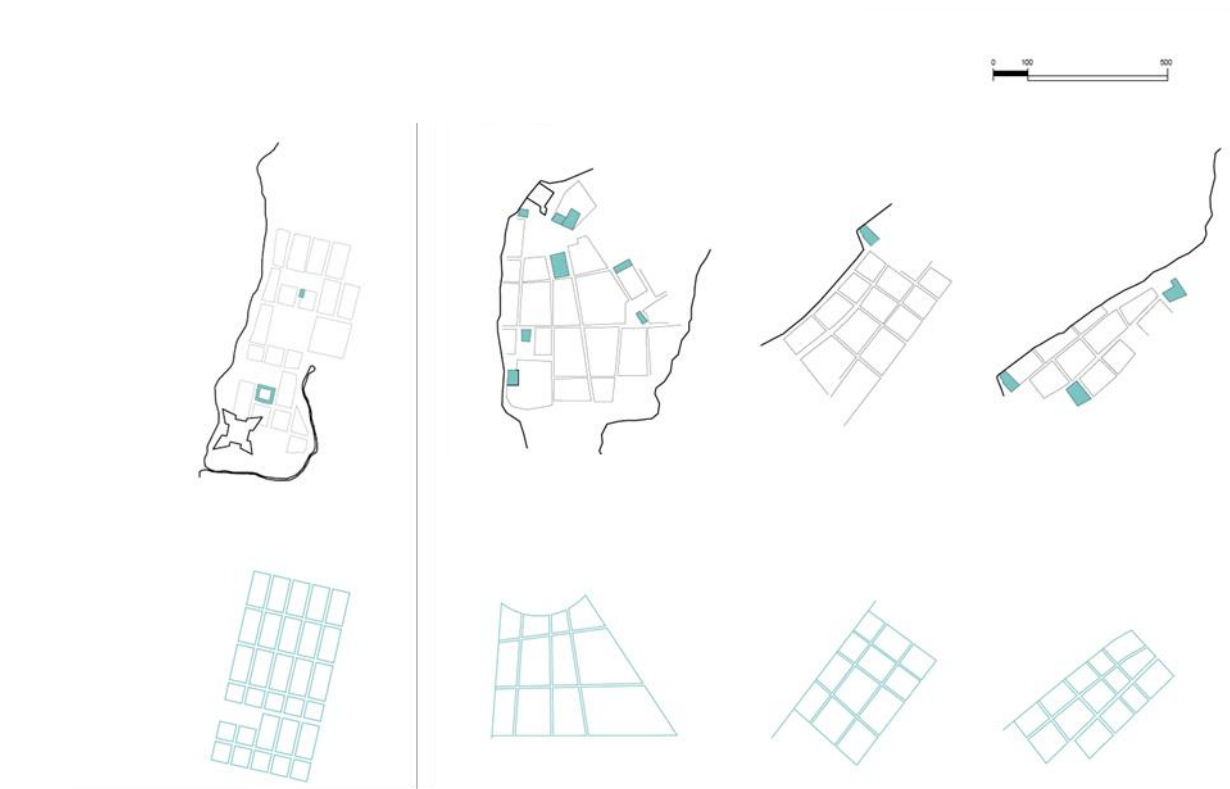


Fig. 0 6 - Valdivia e Belém. As praças, as zonas morfologicamente homogêneas e o traçado conceptual. Fonte: Desenho do Autor.

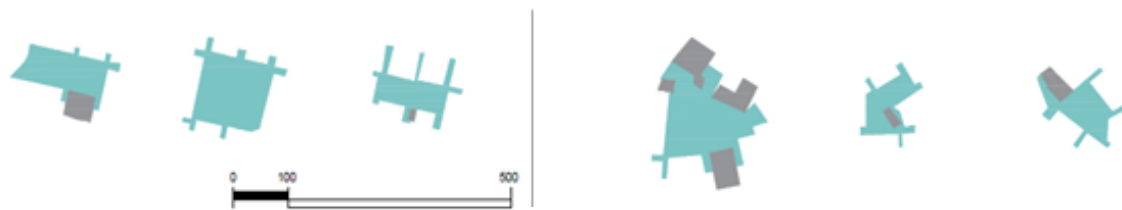


Fig. 0 7 - Comparação das praças e edificado de exceção associado em Valdivia e Belém. Fonte: Desenho do Autor.

Constatamos que as cidades aqui estudadas, usadas como exemplo para o tipo cidade-rio, permitem perceber a confluência do pensamento urbano português e espanhol, no que se refere à aplicação de uma malha abstracta a territórios largamente planos. No caso português há uma ligeira adaptação desta malha ortogonal aos obstáculos naturais, quer sejam massas de água ou terrenos com declive. No que se refere ao edificado corrente, as tipologias aplicadas são semelhantes, com frentes de rua edificadas e tardoze para interiores de quarteirão. As praças, no caso espanhol apresentam uma maior regularidade, mas em ambos os casos têm associado o edificado de excepção. A concepção de uma ordem urbana limitada por obstáculos naturais e adaptada aos mesmos, bem como uma forte presença das estruturas defensivas no tecido da cidade é a característica típica destas cidades.

BIBLIOGRAFIA

ALOMAR, G. (1987). De Teotihuacán a Brasília: estudos de historia urbana iberoamericana e filipina. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.

ARAÚJO, R. (1998). As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. 2ª edição. Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto.

BETHELL, L. (ed.) (1984). The Cambridge History of Latin America: Volume II, colonial latin america. Cambridge: Cambridge University Press.

BUENO, B. (2011). Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GUARDA, G. (1968). La Ciudad Chilena del siglo XVIII. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.

GUARDA, G. (1980). Conjuntos Urbanos Historico Arquitectonicos: Valdivia S. XVIII – XIX. Ediciones Nueva Universidad.

GUARDA, G. (2001). Nueva Historia de Valdivia. Santiago do Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2001.

MONTT PINTO, I. (1971). Breve História de Valdivia. Buenos Aires: Editorial Francisco de Aguirre, 1971.

SOLANO, F. (dir.), CERRILLOS, M. (coord.) (1990). Historia Urbana de Iberoamerica: la ciudad barroca 1573/1750. 2 tomos. Madrid: Testimonio.

TEIXEIRA, M. (coord.) (2004). A Construção da Cidade Brasileira. Lisboa: Livros Horizonte.

TEIXEIRA, M., VALLA, M., (1999). O Urbanismo Português: séculos XIII – XVIII. Lisboa: Livros Horizonte.

WILLIAMSON, E. (2009). The Penguin History of Latin America. London: Penguin Books.